

# A TRADUÇÃO DE OBRAS FRANCESAS NO BRASIL: A CONCEPÇÃO DE TRADUÇÃO ENTRE OS TRADUTORES

Guilherme de Oliveira Delgado Filho<sup>1</sup>

Prof.<sup>a</sup>. Dr.<sup>a</sup>. Marta Pragana Dantas<sup>2</sup>

## Resumo

Este trabalho parte de uma problemática relacionada à tradução e à circulação de obras francesas no Brasil no atual contexto de hegemonia da língua/cultura estadunidense. Nesse sentido, aborda discussões em torno das lógicas econômicas e simbólicas que regem as trocas culturais entre o Brasil e a França por meio da tradução. O estudo objetiva trazer a lume um aspecto específico relacionado à problemática da tradução de obras francesas no Brasil: o estudo da concepção dos tradutores sobre o próprio fazer tradutório. A partir do discurso de cada tradutor, busca apreender a maneira como estes atores se veem e percebem o seu papel enquanto profissionais no sistema de tradução. Do ponto de vista teórico, utiliza-se de algumas noções emprestadas à sociologia da tradução, bem como de conceitos relativos à tradução como reescritura e ao tradutor profissional. Do ponto de vista metodológico, baseia-se na análise qualitativa de onze entrevistas anteriormente realizadas com tradutores de obras francesas atuando no mercado editorial do Rio de Janeiro e de São Paulo. A análise do corpus conduziu à duas tendências no que diz respeito à percepção que os tradutores possuem sobre sua prática tradutória: o tradutor que se vê como mediador entre culturas (compreendendo uma subcategoria: o tradutor como divulgador), e o tradutor que se percebe como aprimorador do texto de partida. Essas tendências identificadas servem de alicerce ao ofício de cada tradutor entrevistado. Por fim, a pesquisa aponta para a relevância de um estudo futuro de maior abrangência que venha a complementar os resultados obtidos.

Palavras-chave: Tradução; Prática tradutória; Língua francesa.

## 1. INTRODUÇÃO

### 1.1 OS TRADUTORES NA HISTÓRIA (ESPECIALIZADA)

O exercício da tradução data de tempos imemoriais. Mais precisamente, desde o surgimento da escrita, os tradutores têm se empenhado em construir pontes entre nações, raças, culturas e continentes. Através dessa atividade, inúmeras obras científicas, filosóficas e literárias puderam alcançar um patamar universal.

Segundo Pierre-François Caillé, presidente fundador da Federação Internacional de Tradutores instituída em 1953, a tradução tem por objetivo ajudar a difundir a cultura

---

<sup>1</sup> Graduando do curso de Bacharelado em Tradução; Universidade Federal da Paraíba; Bolsista PIBIC/CNPq. E-mail: [guilhermedelgaduh@gmail.com](mailto:guilhermedelgaduh@gmail.com)

<sup>2</sup> Orientadora, professora do Departamento de Letras Estrangeiras Modernas da Universidade Federal da Paraíba

por todo o mundo, permeando todas as facetas da vida humana, sendo, também, uma fonte inexaurível de progresso (DELISLE; WOODSWORTH, 2003, p. 9). Nesse contexto, é fato que os tradutores são figuras imprescindíveis para a derrubada dos obstáculos criados pelas diferenças linguísticas. Esse pensamento também encontra respaldo no tradutor e teórico francês Edmond Cary, quando afirma: “os tradutores vivem das diferenças entre as línguas, ao mesmo tempo que [sic] trabalham para eliminá-las” (JOLY, 2003, p. 10).

Conforme exposto na obra *Os tradutores na história* – articulada em torno de nove temas a fim de demonstrar a importância de tradutores e intérpretes para a história intelectual e cultural da humanidade ao longo dos séculos –, as contribuições originadas foram muitas, desde a invenção de alfabetos, enriquecimento de línguas, estímulo ao surgimento de literaturas nacionais, atuação em instâncias de poder, disseminação de conhecimento técnico e científico, difusão de religiões e até mesmo a preparação de dicionários, ao ponto de não sermos mais capazes de dissociar a tradução da ideia de progresso (DELISLE; WOODSWORTH, 2003, p. 11).

Dentre os inúmeros reflexos dessas contribuições, um, sobretudo, chama nossa atenção, em face de nosso objeto de pesquisa: as relações de poder nas quais os tradutores estão inseridos. Nesse âmbito, André Lefevere se refere à tradução como “reescritura de um texto original” que, como tal, reflete certa ideologia e poética, manipulando a literatura para que esta funcione “dentro de uma sociedade determinada, de uma forma determinada” (LEFEVERE, 2007, p. 11). Em suma, reescritura, conforme exploraremos aqui, é a manipulação realizada a serviço do poder e sua importância é inegável para a cultura das sociedades em geral. Todavia, ressalva-se que essa prática não se constitui apenas de tradução, mas de todo um complexo de reescrituras, tais como edição, antologização, compilação de histórias da literatura e obras de referência, bem como todo tipo de crítica.

Em seu aspecto positivo, as reescrituras podem introduzir novos conceitos, gêneros e artifícios, constituindo uma inovação literária e promovendo o avanço de uma cultura sobre outra. Em contrapartida, podem reprimir toda e qualquer possível inovação, distorcendo-a e contendo-a, pelo simples fato de ir contra a lógica do discurso vigente. Dessa forma, os reescritores exercem poder e influência dentro do sistema literário a fim de combater e destruir ideologias rivais, com vista a se manterem em evidência (LEFEVERE, 2007, p. 12).

Essa ideia de sistema literário nos convida a dialogar, ainda, com a postura crítica adotada por Pascale Casanova (2002). Contrariando a visão dos formalistas – que elegem a dimensão interna do texto como fonte de crítica –, *A República mundial das letras* dá prosseguimento ao pensamento de Pierre Bourdieu, apresentando-se como uma visão macro do território da literatura (ao mesmo tempo espacial e invisível). Quem determina suas fronteiras e extensões são os autores e suas obras, que rivalizam em línguas e “verdades literárias”, configurando, assim, o campo literário internacional (CASANOVA, 2002, p. 18).

Como era de se esperar, essa República é um universo desigual; um território onde “os literariamente desprovidos são submetidos a uma dura dominação”. Naturalmente, diversos “revoltados e revolucionários” foram capazes de subverter essas leis literárias, rebelando-se através de um jogo entre dominantes e dominados, promovendo a quebra das hierarquias literárias. Essa “vitória”, entretanto, passou muitas vezes por um abandono da língua e do país minoritário – representantes da chamada “periferia literária” – antes de alcançar o devido reconhecimento e legitimação nesse “altar das letras” (CASANOVA, 2002, citação encontrada na “orelha” do livro).

Dentro dessa perspectiva de escala global, para analisar uma obra de maneira justa, a crítica deveria ser realizada em um âmbito igualmente internacional, onde cada obra já publicada pudesse vir a ser fomento de análise de outra obra. Ciente das dificuldades que tamanha dimensão de análise implicaria, Casanova não objetivou descrever a totalidade do mundo literário, mas, sim, mudar sua perspectiva. Com isso, buscou descrevê-lo “a partir de um certo observatório” – tomando emprestados termos de Fernand Braudel – a fim de proporcionar oportunidades de mudar a visão da crítica comum, descrevendo um universo ignorado pelos próprios escritores. Dessa maneira, conclui a autora: “trata-se, portanto, de conseguir situar os escritores (e suas obras) nesse espaço imenso que é de certa forma uma história espacializada” (CASANOVA, 2002, p. 19).

## **1.2 OS TRADUTORES E A TRANSMISSÃO DOS VALORES CULTURAIS**

Ao afirmar que o espaço literário mundial encarna-se nos próprios escritores e que estes “são e fazem a história literária”, Casanova (2002, p. 19) nos convida a refletir sobre a natureza da transmissão dos valores culturais através dos tempos. Muitas vezes somos (inocentemente) levados a crer que o “valor intrínseco” de uma obra – ou seja, sua

qualidade inerente – é o fator exclusivo para determinar sua repercussão literária. No entanto, Lefevere (2007, p. 13) atenta para o fato de que este “valor” desempenha um papel muito menor quando comparado à reescritura. Dessa maneira, não é de surpreender que os reescritores cheguem a atingir uma importância igual ou até maior do que os escritores; afinal, eles são a ponte necessária entre as obras literárias e os leitores “não-profissionais”, que representam a maioria dos leitores. A título de exemplo, Lefevere menciona, ainda, o caso de John Donne (1572-1631), que teve sua poesia relativamente desconhecida durante séculos, quando então T. S. Eliot e outros modernistas o redescobriram e o disseminaram. O “valor intrínseco”, neste caso, encontrava-se inalterado; o que havia mudado era o quadro social da época, que passou a aceitá-lo e suportá-lo, em face de sua reescritura.

Com base no exposto, duas explicações se fazem necessárias: o conceito de “leitor profissional” e a mudança do quadro social de uma dada época. Em relação à primeira questão, Lefevere faz uso do termo “leitores profissionais” para designar tanto professores quanto estudantes de literatura. Os leitores “não-profissionais”, naturalmente, são todos aqueles que não se encontram no âmbito das instituições superiores, ou seja, a maioria. Já a segunda questão dialoga com a ideia de “lógica da cultura”. A fim de controlá-la, fez-se necessário determinar o serviço de “profissionais” que possuem autoridade e *status* para manifestar esse controle. Os profissionais responsáveis pelo sistema literário são os autores, os críticos, os resenhistas, os professores e, claro, os tradutores. Suas funções residem no “monitoramento” do sistema, rejeitando ocasionalmente alguma obra literária que não condiz com o conceito poético e ideológico adotado ou, na maioria das vezes, reescrevendo obras até que estas se tornem aceitas pela poética e pela ideologia vigentes à sua época.

Nesse âmbito, o papel do tradutor enquanto reescritor evoluiu, chegando ao século XX com o intuito de “transportar o original através das culturas” (LEFEVERE, 2007, p. 15), ultrapassando as limitações impostas pelos séculos anteriores. Esse século, no entanto, trouxe consigo não só o fim de um período, ao menos na civilização ocidental, em que o livro ocupava uma posição central no ensino e transmissão de valores, como também uma divisão entre “alta” e “baixa” literatura. Dessa forma, desenvolveu-se um cenário onde o livro ficou cada vez mais distante dos leitores não-profissionais e cada vez mais restrito aos círculos universitários dos leitores profissionais. O tradutor, enquanto reescritor, também sofreu o impacto desse

isolamento. No entanto, ainda hoje, é seu papel romper com esse estigma e alcançar a sociedade como um todo, criando, através da reescritura, uma interação maior entre leitores profissionais e não-profissionais. O que nos leva imediatamente ao foco de nosso trabalho: dentro desse novo panorama, como os tradutores se veem e percebem o seu papel enquanto profissionais no sistema de tradução?

Contribuindo de maneira fundamental para a quebra do paradigma dos Estudos da Tradução, a chamada “Virada Cultural”, ocorrida durante os anos 1970 e 1980, desvelou uma mudança do processo tradutório como mera decodificação entre dois sistemas linguísticos diferentes para ser visto como um processo de transferência cultural. “Cultura”, portanto, é a palavra-chave desse processo: ao se tornar a unidade operacional da tradução, a cultura legou ao tradutor o papel imprescindível de “mediador”. Nesse cenário, ganham corpo discussões tais como: *o que vem a ser, de fato, um mediador entre culturas?; até onde um divulgador da língua-cultura de partida atua como mediador?; é possível falarmos em aprimorador do texto de partida?* São essas e outras questões que buscamos responder a seguir.

## 2. METODOLOGIA

Com o objetivo de responder às perguntas de pesquisa previamente elencadas, o presente artigo foi desenvolvido em duas etapas: leitura e categorização de onze entrevistas com tradutores; análise e interpretação das categorias criadas.

A primeira etapa teve como corpus onze entrevistas com tradutores realizadas entre fevereiro e novembro de 2010 pela orientadora deste trabalho, no âmbito da pesquisa intitulada *Cultures croisées - Analyse des obstacles à la traduction des grandes oeuvres*<sup>3</sup>. Os tradutores entrevistados atuam no mercado editorial brasileiro nas cidades do Rio de Janeiro e São Paulo e traduzem textos literários e/ou de ciências humanas e sociais de língua francesa. A análise do corpus conduziu-nos à elaboração de duas categorias, permitindo compreender a forma como o tradutor percebe o seu papel enquanto profissional no sistema de tradução: **mediador** entre culturas e **aprimorador** do texto de partida. Dentro da categoria de mediador, entretanto, fez-se necessário acrescentar uma subcategoria: **divulgador** da língua-cultura de partida. Ao passo que o tradutor-mediador posiciona-se numa espécie de “terceiro espaço”, a fim de eleger quais

---

<sup>3</sup> Pesquisa internacional coordenada pela socióloga Gisèle Sapiro (CESSP-Centre Européen de Sociologie et de Science Politique; CNRS/Paris), no âmbito de uma convenção com o Ministério da Cultura francês. A parte brasileira do projeto foi realizada por Marta Pragana Dantas (UFPB) e Artur Perrusi (UFPE).

aspectos culturais serão evidenciados na tradução, o tradutor-aprimorador intenta melhorar o texto de partida. Já o tradutor-divulgador busca ampliar as possibilidades de leitura de uma determinada obra na cultura de chegada.

Conforme concebidas, as categorias permitiram a leitura de grupos onde identificamos tendências responsáveis por servir de alicerce ao ofício de cada tradutor entrevistado. Por fim, com o propósito de conservar a privacidade desses tradutores, seus nomes foram omitidos e substituídos por letras-chave que vão de A a K.

### **3. RESULTADOS E DISCUSSÕES**

#### **3.1 O TRADUTOR-MEDIADOR**

Durante os anos 1970 e 1980 houve uma mudança de paradigma nos Estudos da Tradução, denominada “Virada Cultural”. O maior legado desse período consistiu no avanço da tradução para além da abordagem estritamente linguística tradicional, constituindo-se num trabalho de mediação entre culturas. Ou seja, o foco sobre a reflexão do fazer tradutório mudou, passando da comparação de sistemas linguísticos distintos num nível estrutural para se preocupar com questões de natureza política e ideológica, concebendo, enfim, cultura como um fenômeno muito mais abrangente. Sendo a língua produto da cultura, temos a figura do tradutor-mediador como expressão desse período. Nesse contexto, as perguntas motivadoras dos adeptos desse novo paradigma, segundo Milton (1993, p. 150 apud MARTINS, 2010, p. 63):

são diferentes das de quem estuda a traduzibilidade de um texto. Ele[s] não pergunta[rão]: “Apreendeu o tradutor A a essência do texto melhor do que o tradutor B?”, mas sim – “Quais são as forças literárias que produziram as traduções A e B?”; – “Qual é a posição das traduções A e B dentro de sua literatura?”; e – “Qual é a relação entre as traduções A e B?”.

Nesse âmbito, estabeleceu-se uma relação de condicionantes recíprocas entre linguagem e cultura, incluindo os elementos constitutivos da comunicação numa dada situação: emissor, receptor, meio entre outros (JUNIOR, 2010, p. 39). Essa visão encontrou respaldo em diversos teóricos, sobretudo os pós-colonialistas, a exemplo de Homi Bhabha, responsável pela noção de “terceiro espaço” – local onde o tradutor se posiciona como mediador de culturas distintas, elegendo aquilo que deve ser valorizado dentro de um projeto tradutório. Dessa maneira, é realizada uma espécie de consenso entre abordagens mais extremistas, a exemplo da dicotomia estrangeirização *versus* domesticação, proposta por Schleiermacher e desenvolvida por Venuti.

Representante dessa tendência mediadora, o tradutor D, tradutor de textos literários e de ciências sociais, destaca em seu discurso o fato de sempre ter tido vontade de transmitir a outras pessoas o que elas não entendiam. Nesse sentido, deixa clara sua abordagem quando discorda de uma visão tradutória que considera utópica, ao afirmar:

Eu sempre tive essa vontade de transmitir aos outros o que eles não entendem. Eu acho que o tradutor tem essa função. A tradução ideal seria aquela que não fosse uma tradução – [que] fosse praticamente um clone do original na língua do tradutor. Quer dizer, [uma tradução na qual] não houvesse nenhuma interferência do tradutor naquele livro, o que é obviamente impossível, porque as línguas não se correspondem absolutamente. Se correspondessem, dava para o computador que ele resolvia o negócio. Mas isso seria o ideal, o que mais se aproxima dessa utopia. (Tradutor D).

Validando esse pensamento, o tradutor J, tradutor em tempo integral essencialmente de textos literários, acredita que o tradutor é um mediador de culturas, pois sua função é trazer para a língua materna uma obra de outra língua a qual as pessoas do seu país ou da sua comunidade não falam. Para ele, o tradutor não deve tomar maiores liberdades no que tange a mudanças no texto de chegada, conforme afirma:

Basicamente, [a tradução de um texto estrangeiro] é você tentar colocar na língua sua, na língua que as pessoas do seu país ou da sua comunidade não falam, não é? É você tentar trazer para essas pessoas o que você acha, o que o editor acha que há de melhor em literatura, em ciências humanas. E você tentar fazer o trabalho mais honesto do mundo para trazer o pensamento daquele autor para o lado de cá. Agora, quando eu falo *honestidade de tradutor*, eu queria deixar claro isso: eu não falo em fidelidade. Eu acho que tradutor é *traditore*, sim.

[...]

Eu acho que não existe tradução, digamos, completamente objetiva.

[...]

Eu acredito, sim, em tradução honesta. Quer dizer, você vai fazer o máximo que pode para trazer aquele texto para sua língua com a maior honestidade com o autor. Não dá pra ficar inventando moda, não dá pra tomar liberdade com o texto. (Tradutor J).

Discurso semelhante apresenta o tradutor H, tradutor do polo acadêmico de literatura e ciências sociais. Em sua concepção, remete ao papel do mediador quando assinala paralelo entre sua própria língua e a língua estrangeira, objeto de tradução:

Traduzir pra mim significa essencialmente duas coisas: uma relação com o próprio e uma relação com o estrangeiro. O que a língua estrangeira impõe à minha língua e a necessidade que eu tenho de pensar minha língua, a possibilidade que ela tem de receber.

[...]

Então para mim, traduzir tem um pouco esse prazer de me relacionar com a minha língua. Para mim, a coisa mais presente no momento da tradução é essa relação que eu tenho. Muito mais do que com o texto estrangeiro, com a minha própria língua: nessa tensão que o texto estrangeiro impõe a ela. (Tradutor J).

Ademais, encontramos nos representantes da presente categoria o conhecimento de certos mecanismos que auxiliam o processo de mediação. No intuito de estabelecer uma compreensão entre grupos culturalmente distintos, o tradutor-mediador explicita a natureza dessa não compreensão ao aplicar os conceitos de texto e contexto (KATAN, 1999). Em relação a esses conceitos, afirma Blume & Hummitzsch:

O texto seria aquilo que é dito ou transmitido, enquanto o contexto seria o conjunto de informações subjacentes ao texto que podem ser presumidas como comuns ao autor e ao leitor. Normalmente ambos, texto e contexto, seriam inferidos um a partir do outro. Porém, essa inferência só poderia acontecer num ambiente cognitivo compartilhado pelo autor e o leitor, ou seja, dentro de uma mesma cultura, ou de um ambiente cognitivo compartilhado (Katan, 1999, p. 410).

Assim, dentro dessa perspectiva de resgate de um determinado contexto cultural, qual deve ser a atitude do tradutor-mediador diante de um ambiente cognitivo distinto? Encontramos no discurso do tradutor E, tradutor em tempo integral de textos literários, uma discussão em torno dessa problemática, quando afirma:

Ele [o autor] fez uma piada... Eu não sou *bermaniano* nesse sentido: “traduza a piada ao pé da letra”. Nossa, se eu traduzir a piada ao pé da letra, não tem a menor graça. Ele [o autor] fez o seu leitor dar risada... – Puxa vida, eu queria fazer o meu dar risada também... – Dentro do espírito do que ele escreveu. (Tradutor E).

Durante seu discurso, o tradutor E defende um texto com o mínimo de alterações possíveis, bem como afirma que não promove interpretações, mas capta o ritmo, de modo que o texto de chegada guarde as mesmas características do texto de partida, conforme afirma:

Eu me guio muito por um certo ritmo. Quando eu percebo que o autor escreve bem, eu gosto muito de manter o ritmo, sabe? Ou seja, se ele foi sintético para dizer tal coisa, eu me esforço, ao máximo, para ser tão sintético quanto ele. Não é termo a termo, é diferente. De repente ele usou um grupo de adjetivo e substantivo e eu posso usar na mesma posição o substantivo e o adjetivo, mas transmitindo a mesma ideia. Mas eu não gosto, por exemplo, de interpretar, eu não quero interpretar, eu quero que ele fique ali o máximo possível. Então o ritmo é muito importante para mim. (Tradutor E).

Por fim, o tradutor I, tradutor acadêmico de textos literários, é responsável por sintetizar os discursos previamente expostos, reafirmando o que entendemos, aqui, por tradutor-mediador, quando afirma:

Para mim, traduzir é levar não o sentido, mas uma infinidade de elementos de uma língua-cultura para outra língua-cultura. Eu sempre falo língua-cultura, porque não se traduz língua. A língua não existe sozinha. Toda língua é agente e produto de uma cultura. Então, quando você trabalha com a língua, em tradução, principalmente literária, você tem que estar profundamente enfiado na cultura de ambos os países cujas línguas você está trabalhando. (Tradutor I).

### 3.2 O TRADUTOR-DIVULGADOR

Em meio à análise das entrevistas, constatamos que alguns tradutores se percebem como divulgadores. Em razão da afinidade patente, entendemos a figura do divulgador como sendo uma subcategoria de mediador. Mas afinal, o que vem a ser um tradutor-divulgador? Representante dessa subcategoria, o tradutor A, acadêmico que atua primordialmente na tradução de poesia, define sua concepção de tradução como uma forma de crítica aliada à divulgação. Para ele, a tradução:

[é] uma forma de crítica, na minha opinião, das mais produtivas [...] Pela via da tradução você imediatamente se coloca num lugar não só de comentador, mas também de divulgador. E eu sempre tenho essa posição de querer que aquilo que eu faça não fique restrito aos muros da universidade, e eu acho que pela tradução eu exerço o meu papel de crítico, fazendo com que aquilo que eu produzo transcenda esse universo restrito, fechado do mundo acadêmico. Também pra mim é uma forma de divulgação. (Tradutor A).

Percebe-se, nessa afirmação, um diálogo com o espaço moderno da literatura, no qual “a ligação com a crítica e a tradução tornou-se consubstancial ao ato de escrever” (BERMAN, 2013, p. 30). Em contrapartida, o tradutor K, tradutor em tempo integral de textos literários clássicos, atenta para outro aspecto fundamental da divulgação: a importância de contribuir para a renovação da imagem de um dado autor dentro de uma comunidade específica. Nisso reside o papel de K como tradutor-divulgador; Com efeito, comentando o fato de uma universidade ter adotado uma de suas traduções, afirma ele:

Agora eles trabalham com a minha [tradução]. Eu acho que isso foi importante. Eu me orgulho disso. Modéstia à parte, eu acho que ajudei realmente a divulgar e a dar uma visão mais completa [do autor em questão].

Eu acho que contribuí, sim. Gostaria de pensar que uma tradução pode contribuir para a renovação da imagem, da projeção de um autor. (Tradutor K).

Dentro dessa subcategoria, entretanto, ainda há outro aspecto entendido como uma forma de divulgação: a prática da retradução. Inserido nessa perspectiva, o tradutor A aborda em seu discurso a importância da retradução de obras francesas no Brasil – prática que acaba por reafirmar seu papel de divulgador:

Acho que no Brasil a gente já acumulou um certo conjunto de traduções de obras canônicas que nos permite agora criar projetos, não em relação aos originais mas em relação aos textos já traduzidos e à recepção que eles tiveram no Brasil. (Tradutor A).

Através dessa assertiva, temos acesso a outra perspectiva do fazer tradutório de A – a ideia de que, enquanto divulgador, ele busca ampliar as possibilidades de leitura de uma determinada obra na cultura de chegada. Logo, opta por abordagens diferenciadas, com base no que já foi produzido e recepcionado no Brasil, buscando, assim, uma espécie de ineditismo formal a partir da prática da retradução. Essa ideia é explícita quando declara:

Eu diria que as minhas restrições [em relação a traduzir ou não determinadas obras] são em função de um projeto que de alguma forma amplie as possibilidades de leitura daquela obra no sistema de chegada ou não. Se é só mais uma repetição, um projeto que se constrói da mesma forma em relação aos outros que já foram construídos, eu não vejo interesse. (Tradutor A).

### **3.3 O TRADUTOR-APRIMORADOR**

Dentre as duas categorias identificadas, acreditamos ser esta a mais polêmica. Afinal, é possível enxergar o tradutor como um aprimorador do texto de partida? Não seria um excesso por parte do tradutor, ver-se atuando em um nível tão particular quanto este? Antes de dar sentido a essas questões, faz-se necessário determinarmos: aprimorador em que sentido?

No campo dos Estudos da Tradução, ao falarmos de aprimoramento, é natural remetermos de imediato ao período das *Belles infidèles*, ocorrido em meio à França do século XVII. Aqui, o termo “bela infiel” foi idealizado pelo gramático e lexicógrafo Gilles Ménage (1613-1692) para se referir às traduções do linguista francês Nicolas Perrot d'Ablancourt (1606-1664), sugerindo que uma tradução “bela” seria sinônimo de

“infidelidade”, ao passo que uma tradução “fiel” seria “feia”. Nesse sentido, o tradutor “infiel” prezava a beleza e a elegância de estilo em detrimento do conteúdo. Essa ideia de tradução está relacionada a um período de forte nacionalismo francês, quando o excesso de traduções latinizadas deu lugar a critérios e formas típicas da língua francesa (POPPI, 2013, p. 31-34). Temos, portanto, uma perspectiva intervencionista baseada na formação e consolidação da língua nacional na França.

É certo que não encontraremos fatores históricos tão determinantes no tradutor-aprimorador aqui exposto. Ainda assim, acreditamos existir uma proximidade com a perspectiva das *Belles infidèles* em meio às entrevistas analisadas. Encontramos, por exemplo, no discurso do tradutor B, especializado em literatura, o papel do tradutor como um “leitor ultra-atento” capaz de perceber “todas as virtudes e todos os vícios de um autor” – aquele que acredita que “na medida do possível, dá sua contribuição para melhorar aquilo que acha que não está tão bom” (Tradutor B). Senão, vejamos:

Tem várias coisas que estão em jogo [na escolha de determinada palavra traduzida em detrimento de outra] e aí você decide o que é mais importante. Sobretudo numa tradução literária. Porque aí a sonoridade, a forma, o estilo... Ainda que o autor, que o original cometa deslizes estilísticos, na tradução você procura melhorar aquilo. Se você pode evitar certas repetições, que não são repetições pra produzir algum efeito estilístico, são repetições por descuido do autor, na tradução você leva isso em conta. (Tradutor B).

Percebe-se, portanto, uma preocupação do tradutor-aprimorador com o efeito estilístico da escrita do autor. Caso julgue que o estilo do autor não atuou em benefício do texto, o tradutor se investe dessa “incumbência”, aprimorando-o. Assim, acredita beneficiar o leitor da cultura de chegada. Nesse sentido, o método do tradutor-aprimorador baseia-se na desconfiança com relação ao texto de partida, ao tentar perceber o estilo do autor e se esse mesmo estilo funciona na língua de chegada; caso contrário, promoverá intervenções no texto. A esse propósito, afirma ainda o tradutor B:

[tenho] um cuidado com a forma porque eu quero ter prazer em ler. E eu, pelo menos, não consigo ter muito prazer ou me sentir muito seduzida por um texto se ele for muito descuidado do ponto de vista estilístico. Se a sonoridade começar a me incomodar muito... Eu quero fugir do termo fluência... Não pode ferir o meu ouvido. Se começar a ferir muito meu ouvido, eu já não consigo nem prestar atenção no conteúdo, porque aquilo já me incomodou de tal maneira que eu não consigo nem levar adiante a leitura, porque aquilo ofende, digamos, o processo estético, a tal ponto que torna o texto, pra mim, pelo menos, ilegível. A menos que aquilo fosse uma intenção do autor, que aquilo fosse um propósito estilístico, escrever daquela maneira a fala de personagem, se tivesse alguma, que precisa ser agressiva ou crua, truncada, etc. (Tradutor B).

Diante desse excerto, é possível remetermos à base dos preceitos retóricos cultuados pelos clássicos, a exemplo das *Belles infidèles*. Nesse âmbito, temos a figura do escritor francês Gaspard de Tende (1618-1697), autor de obras inovadoras sobre tradução, que, segundo Márcia Pietroluongo, afirma: “A nona e última regra [tradutória] é não procurar apenas a pureza das palavras e das frases, como fazem muitas pessoas, mas, ainda, embelezar a tradução por meio de graças e figuras que estão, muitas vezes, escondidas e que se descobre apenas com muita aplicação” (PIETROLUONGO, 2009, p. 6).

O teórico francês Antoine Berman também faz referência explícita ao período das *Belles infidèles* ao mencionar uma “velha tradição” que se recusa a introduzir na língua para a qual se traduz a “*estranheza* do provérbio original”. Senão, vejamos: “Para o tradutor formado nesta escola, a tradução é uma transmissão de sentido que, ao mesmo tempo, deve tornar este sentido mais claro, limpá-lo das obscuridades inerentes à estranheza da língua estrangeira” (BERMAN, 2013, p. 21-22).

Sob esse ponto de vista, a tradução se caracteriza por três traços: *culturalmente* falando, ela é *etnocêntrica* – ou seja, traz tudo à sua própria cultura, e considera o que se encontra fora dela como negativo, ou, no máximo, bom para ser anexado, adaptado; *literariamente* falando, ela é *hipertextual* – ou seja, remete a uma espécie de texto gerado por uma transformação formal, a partir de um outro texto já existente; e *filosoficamente* falando, ela é *platônica* – ou seja, a tradução não é feita de uma palavra a partir de outra palavra, mas de um sentido a partir de outro sentido, separando-o de sua letra, conforme entende Berman (2012, p. 34). Em suma, a fidelidade ao sentido, aqui exposta, é obrigatoriamente uma infidelidade à letra. Como consequência, esta infidelidade à letra estrangeira é necessariamente uma fidelidade à letra *própria* – eis a essência da tradução etnocêntrica (2013, p. 45).

Nesse sentido, Berman cita Colardeau, poeta francês do século XVIII que proferiu a mais ingênua e marcante definição de tradução etnocêntrica: “Se há algum mérito em traduzir, só pode ser de aperfeiçoar, se possível, seu original, de embelezá-lo, de apropriar-se dele, de lhe dar um ar nacional e de naturalizar, de certa forma, esta planta estrangeira” (BERMAN, 2013, p. 40).

Esse pensamento, além de confirmar a ideia de tradutor-aprimorador, aqui exposta, remete-nos imediatamente às tendências deformadoras dos textos, examinadas por Berman, sobretudo aquela que denomina *enobrecimento*: “ponto culminante da

tradução platônica, cuja forma acabada é a tradução (a-tradução) clássica. [Através desta tendência] chega-se a traduções ‘mais belas’ (formalmente) do que o original”. É quando o autor afirma que a estética completa a lógica da racionalização: “todo discurso deve ser um *belo* discurso” (BERMAN, 2013, p. 73). Encontraremos essa prática de maneira explícita em meio ao discurso do tradutor G, tradutor em tempo integral de textos de ciências sociais, quando afirma:

Então, enquanto tradutor, eu me sinto um pouco cúmplice, quando eu vou ter que fazer alguma coisa mais de divulgação [aqui, em oposição a uma linguagem mais erudita], né, assim... Eu tento, na medida do possível, tornar isso um pouco mais literário às vezes, assim, eu não vou ser imodesto a ponto de dizer que é melhor o original, mas eu me preocupo que o texto que seja lido em português seja um texto aceitável, do ponto de vista gramatical, estilístico etc. (Tradutor G).

Retomando o discurso do tradutor B, outra tendência perceptível é o que Berman denomina *clarificação*: deformidade que visa a tornar “claro” o que não é e não quer ser no original (BERMAN, 2013, p. 71). Esse tradutor em questão afirma enxergar “defeito de estilo, de expressão” bem como “uma carência da expressão, na forma de expressão” quando se refere a textos que não expressam de forma clara o que pretendem. Senão, vejamos:

No ensaio, me incomoda muito quando um texto não é claro. Porque eu acho que você sempre pode dizer... Eu acho que você sempre pode dizer aquilo de maneira clara. Eu acho que um ensaio por mais complexo que seja, pode dizer aquilo de maneira clara, de modo que você só tem ambiguidade quando você quiser, quando aquela ambiguidade for necessária e não quando aquilo for um defeito de estilo, de expressão, uma carência da expressão, na forma de expressão. (Tradutor B).

Por fim, dentre as treze tendências evocadas por Berman, cabe destacarmos, também, a homogeneização – presente na concepção do tradutor-aprimorador, conforme o percebemos. Esta deformidade consiste em unificar em todos os planos o tecido do original, embora este seja originariamente heterogêneo. Trata-se do resultado de todas as tendências precedentes. A título de ilustração, Berman cita o tradutor russo Boris de Schloezer, para quem: “O tradutor, querendo ou não, é obrigado a dar ao texto uma penteada; se ele se permite deliberadamente uma correção, uma construção defeituosa [...], ela não será de modo algum equivalente àquelas do original” (SCHLOEZER *apud* BERMAN, 2013, p. 77).

Isso exposto, enxergamos nessa categoria mais do que uma preocupação com a manutenção do sentido do texto de partida – o tradutor-aprimorador está preocupado, sobretudo, com a recepção desse texto na língua-cultura de chegada. Dessa forma, não abre mão de concessões com o intuito de “domesticar” o texto, seja ampliando frases que não “funcionam”, seja empregando um maior número de vírgulas. A estrutura formal do texto de partida é modificada visando a uma adequação, portanto.

#### **4. CONCLUSÕES**

Conforme aqui concebidas, as categorias permitiram a leitura de grupos onde identificamos tendências responsáveis por servir de alicerce ao ofício de cada tradutor (de A a K) entrevistado, tal como ele o percebe. Nesse sentido, o discurso dos tradutores D, E, F, H, I e J sobre suas respectivas práticas tradutórias permitiu classificá-los como mediadores. Já o discurso de B e G situou-os como aprimoradores. Entre os divulgadores, subcategoria dos tradutores-mediadores, encontram-se os tradutores A, C e K.

Ademais, o presente trabalho permite estabelecer um ponto de partida para um estudo de maior complexidade sobre a percepção que os tradutores possuem sobre o próprio fazer tradutório. Em meio à elaboração, percebemos a necessidade de um maior número de pesquisadores virem a se deter sobre o tema, visto que encontramos certa dificuldade em localizar textos científicos que problematizem a questão. Nesse sentido, um interessante estudo complementar consistiria em um levantamento sobre a formação dos tradutores aqui analisados, a fim de detectar se uma eventual formação universitária veio a influenciar suas práticas tradutórias, produzindo “ecos teóricos” em seus discursos durante as entrevistas. Buscaríamos, dessa forma, a partir do discurso de cada tradutor, apreender de que forma se manifestam suas práticas tradutórias: se através de uma tendência reflexiva (baseada em uma abordagem teórica da tradução) ou intuitiva (orientada pelo próprio exercício prático da profissão). Verifica-se, portanto, tratar-se de uma problemática bastante rica e diversa, que ainda não demonstra sinais de esgotamento.

## REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

BERMAN, Antoine. *A tradução e a letra ou o albergue do longínquo*. Trad. Marie-Hélène C. Torres, Mauri Furlan, Andreia Guerini. Florianópolis, SC: Tubarão, Copiart, PGET/UFSC, 2013.

BLUME, Rosvitha Friesen; HUMMITZSCH, Maria. *A tradução como mediação cultural: Antologia de contos de escritoras brasileiras contemporâneas em alemão*. Cadernos de Tradução, Santa Catarina, v. 2, nº 24, 2010, p.47-63. Disponível em: <https://periodicos.ufsc.br/index.php/traducao/article/view/2175-7968.2009v2n24p47/12217>. Acesso em: 21 mar. 2014.

CASANOVA, Pascale. *A república mundial das letras*. Trad. Marina Appenzeller. São Paulo: Estação Liberdade, 2002.

DELISLE, Jean; WOODSWORTH, Judith (Org.). *Os tradutores na história*. Trad. Sérgio Bath. São Paulo: Ática, 2003.

HEILBRON, Johan; SAPIRO, Gisele. *Por uma sociologia da Tradução: balanço e perspectivas*. Trad. Marta Pragana Dantas; Adriana Cláudia de Souza Costa. Grafos, João Pessoa, v. 11, nº 2, 2009, p. 13-28. Disponível em: <http://periodicos.ufpb.br/ojs/index.php/graphos/article/view/4354/3284>. Acesso em: 10 nov. 2013.

JOLY, Jean François. Prefácio. In: DELISLE, Jean; WOODSWORTH (Org.). *Os tradutores na história*. Trad. Sérgio Bath. São Paulo: Ática, 2003, p. 9-12.

JUNIOR, João Azenha. *Transferência cultural em tradução: contextualização, desdobramentos, desafios*. TradTerm, 16, 2010, p. 39. Disponível em: [http://myrtus.uspnet.usp.br/tradterm/site/images/revistas/v16n1/02\\_TradTerm\\_16\\_-\\_Joao\\_Azenha\\_Jr.pdf](http://myrtus.uspnet.usp.br/tradterm/site/images/revistas/v16n1/02_TradTerm_16_-_Joao_Azenha_Jr.pdf). Acesso em: 17 abr. 2014.

LEFEVERE, André. *Tradução, reescrita e manipulação da fama literária*. Trad. Claudia Matos Seligmann. Bauru, SP: Edusc, 2007.

MILTON, John. *O poder da tradução*. São Paulo: Ars Poetica, 1993. In: MARTINS, Márcia do Amaral Peixoto. *As contribuições de André Lefevere e Lawrence Venuti para a Teoria da Tradução*. Cadernos de Letras (UFRJ) n.27 – dez. 2010. p. 63. Disponível em: [http://www.letras.ufrj.br/anglo\\_germanicas/cadernos/numeros/122010/textos/cl301220100marcia.pdf](http://www.letras.ufrj.br/anglo_germanicas/cadernos/numeros/122010/textos/cl301220100marcia.pdf). Acesso em: 10 maio 2014.

PIETROLUONGO, Márcia Atálla. *Imaginários de língua francesa e tradução nos séculos clássicos franceses*. Trama/Colegiado do Curso de Letras, Centro de Ciências Humanas, Educação e Letras da Unioeste, Campus de Marechal Cândido Rondon. – v. 5, n. 9 (2009). Cascavel: Edunioeste, 2009. Disponível em: <http://e-revista.unioeste.br/index.php/trama/article/view/4384>. Acesso em: 22 jun. 2014.

POPPI, Carolina. *Século XVII na França: Les Belles Infideles, Racine e o modelo dos clássicos antigos*. Non plus: revista discente da área de francês – USP. Ano 2, n. 3 Jan.

> Jun. 2013. p. 29-43. Disponível em:  
<http://www.revistas.usp.br/nonplus/article/download/49033/83597>. Acesso em: 15 abr.  
2014.